

Anatomia do genocídio

Paulo Roberto Pires

Quatro Cinco Um, 18set2025

Sem adversativas ou meios-tons, Franco ‘Bifo’ Berardi e Vladimir Safatle pensam um mundo em que a ferocidade destrói a razão

Franco “Bifo” Berardi tem um sonho — ou pesadelo — recorrente, que narra num vídeo de 2024. O intelectual consagrado, que aos 75 anos vive confortavelmente na Europa, se vê como um jovem palestino de 22, morador de Gaza ou Jenin, cujo irmão foi morto e cuja mãe teve a casa destruída por bombardeios. Uma alternativa seria enfrentar o Mediterrâneo num barco clandestino e tentar a vida num país como a Itália. Mas lá, como bem sabe, não é bem-vindo e, caso escape de um eventual naufrágio, há poucas chances de se estabelecer com decência. Voltar à sua terra, assim como não contemplar a possibilidade de sair dela, é se conformar à vida rifada pela violência colonialista de Israel.

Por tudo isso, é factível que aquele homem que Berardi jamais foi se engaje em atrocidades como a que ele chama de “orgia de terror de 7 de outubro”. “Meu pacifismo pacato é só um privilégio”, escreve, “um privilégio do qual posso usufruir porque não vivi minha infância em Gaza, ou num dos muito lugares como Gaza.” Sem meios-tons, adversativas ou mera retórica “empática”, *Pensar após Gaza: ensaio sobre a ferocidade e o fim do humano* é um lembrete de que estamos sendo arrastados por um torvelinho de destruição física, ética e moral que tem, no genocídio do povo palestino, um ponto de inflexão, de não retorno.

Publicado na Itália no início do ano, este livro incômodo, provocador como deve ser um panfleto, intricado como as boas reflexões filosóficas, vem nos lembrar que a função do intelectual público não é referendar pesquisas ou chafurdar na indignação vazia, mas tornar as crises mais agudas, semear o desconforto que incita o pensamento. Um desconforto que não diz respeito a supostas verdades que se arvoraria em denunciar, mas à impossibilidade de formular juízos apaziguadores num momento em que os mais básicos valores civilizatórios são aniquilados.

Traumas

Quando se fala em entender a violência de palestinos e israelenses, ressalta Berardi, trata-se de contemplar causas, origens e motivos, mas não “razões”. “Entender não significa compartilhar as razões, porque não há razões, apenas uma cadeia psicótica”, defende o autor de *Depois do futuro* (Ubu, 2019), filho do pensamento radical pós-1968, em que o marxismo de um Toni Negri se cruza com a esquizoanálise de Félix Guattari, com quem trabalhou na França.

“Razão” mostra-se um conceito insuficiente para dar conta da história tal como a concebe Berardi: um processo violento que avança aos trancos, de trauma em trauma. “A política”, escreve, “é muito mais do que a busca por ideais e programas, é a construção de instituições que têm o objetivo de elaborar um trauma passado, evitando sua repetição.”

O trauma original, que está na raiz de cadeias de longa duração, é efeito direto da violência colonial, que remonta à invasão das Américas pelos países europeus e se atualiza em variados tempos e lugares, como nos territórios ocupados para a fundação de Israel. Mahmud Darwich, o imenso poeta palestino, lembrava: “você criaram nosso exílio, não fomos nós que criamos o de vocês”.

Lá, engendra-se uma máquina perversa, sobretudo na relação direta que estabelece entre identidade e território. “Ambas as entidades estatais (a existente de Israel e a inexistente, mas

proclamada, da Palestina)”, observa Berardi, “acabaram por se identificar com suas componentes mais identitárias, integralistas, religiosas ou abertamente fascistas.” Nestes tempos, a pacificação é intangível, quase quimérica: “estou convencido de que não há civilização, nem decência moral nem paz, caso acreditemos que o estado deva corresponder à etnia, à religião e à identidade”.

Gaza em 2025 é o paroxismo dessa dinâmica, em que a ferocidade, “uma reação animal, inscrita no instinto de conservação”, se sobrepõe ao Direito e a qualquer instância civilizatória. E, no limite, aponta para a dissolução do conceito de humanidade, tornando fútil e puramente retórica a discussão sobre se há ou não motivações legítimas para o ataque de 7 de outubro de 2023 ou para o genocídio desencadeado como alegada resposta: tudo é solapado pela brutalidade sem freios sob olhares obsequiosos de amplos setores da comunidade internacional, que prefere discutir o uso técnico do conceito de genocídio a tomar medidas concretas para interromper o massacre.

Em agosto, uma reportagem em conjunto do *Guardian*, da revista israelo-palestina +972 e do site de notícias de Israel *Local Call* revelou que, de acordo com estatísticas que Tel Aviv tentava manter em sigilo, 83% dos mortos em Gaza são civis. Até o início de setembro, contavam-se mais de 63 mil mortos.

Estridente, ainda que menos expressivo do que manda a decência, o apoio internacional ao povo palestino vem sendo sistematicamente desqualificado, a depender de quem o enuncia, como manifestação de antissemitismo, “esquerdismo” ou ambos. Erguer a bandeira palestina pode resultar em discussão de rua, repressão policial ou, no caso dos protestos nas universidades norte-americanas, pretexto para sanções financeiras. Na autocracia trumpista, qualquer manifestação pró-Palestina conta ponto para deportação dos Estados Unidos.

Tomar partido das vítimas palestinas, argumenta Berardi, não tem vínculos doutrinários com as posições de esquerda, sendo caricaturais, segundo ele, as comparações com o ativismo pelo fim da guerra do Vietnã. Se a solidariedade aos vietcongues “implicava uma identificação com o socialismo”, da defesa dos palestinos não se inferem afinidades com o “obscurantismo que domina os países islâmicos” e muito menos com as ações terroristas do Hamas. “O desespero é o traço psicológico e cultural que explica a vasta identificação com os palestinos”, argumenta. “Quem não se transformou numa fera está desesperado.”

Já a defesa da política de Benjamin Netanyahu — “a expressão mais clara do cinismo que nasce da fusão do colonialismo racista com o fundamentalismo religioso”, que está longe de ser unanimidade entre os cidadãos israelenses — tem pronunciado traço ideológico. Une a extrema-direita de variadas latitudes, dos solidários parceiros de delinquência protegidos por Washington aos mequetrefes pátrios, abanando bandeiras de Israel, compradas em camelôs das micaretas fascistas promovidas pela associação de gângsteres neopentecostais com eleitores do Inelegível.

Lógica de guerra

Em “Desumanização, trauma e a filosofia como freio de emergência”, ensaio anexo à edição brasileira, Vladimir Safatle reitera a tese de Gaza como um momento histórico decisivo que diz respeito a todos nós. No ensaio, originalmente a aula magna do departamento de Filosofia da USP em abril de 2024, o autor de *A esquerda que não teme dizer seu nome* (Planeta, 2025) adverte que, num mundo conflagrado por crises de diversas ordens geradas pelo capitalismo — ecológica, democrática, social, econômica, política, psíquica e epistêmica —, Gaza se configura como um sinistro “Laboratório Global para novas formas de governo”.

A base para o experimento é o que Safatle descreve como “a reorganização da sociedade civil a partir da lógica da guerra”. Sob o pretexto de manutenção da ordem e cumprimento da lei,

Estados não medem esforços para naturalizar o uso indiscriminado da violência: da ocupação de Washington pela Guarda Nacional sob as ordens de Trump ao genocídio palestino, passando pelas invasões violentas das favelas cariocas.

A partir de subjetividades devidamente militarizadas, consoantes com políticas de extermínio, executam-se quatro operações essenciais de controle: a dessensibilização geral ao sofrimento, a repetição anestesiante da agressão, o apagamento das marcas históricas dos conflitos e, finalmente, a instauração de um “vazio legal” que chancela a impunidade dos perpetradores.

Berardi e Safatle enfrentam a questão da violência e crueldade extremas perpetradas por um Estado

Franco “Bifo” Berardi e Vladimir Safatle potencializam a complexidade da questão palestina para além do mero comentário da conjuntura. Enfrentam ambos um dos pontos centrais: a violência e a crueldade extremas perpetradas sistematicamente por um Estado que, em teoria, nasce como defesa contra a violência e a crueldade sistemáticas. Pensar criticamente o genocídio palestino implica, como observa Safatle, abandonar “um imaginário estanque” e buscar entender como “antigos oprimidos estejam a massacrar novos oprimidos”.

Como em toda questão sensível e decisiva, “pensar após Gaza” implica os compromissos do intelectual que mereça assim ser definido, a responsabilidade de professores, jornalistas e comentaristas que, tendo voz pública, enfrentem incontáveis dissabores no mundo confortável dos engajamentos bem ornados como “neutralidade”. Safatle desconfia do “pós-colonialismo” que “termina nos limites do Comitê de Diversidade do Magazine Luiza”.

De minha parte, além de deplorar o debate diversionista sobre a nomenclatura “genocídio”, acho no mínimo risível o que se tem escrito e publicado a partir de viagens de propaganda a Israel, pagas por um Estado que teve participação no assassinato de 189 jornalistas entre outubro de 2023 e setembro de 2025. Segundo o Comitê de Proteção dos Jornalistas, do ponto de vista da imprensa, trata-se do conflito mais letal da história. O que nos é sonhado com essas mortes é tão eloquente quanto as imagens e os relatos aterradores que chegam de Gaza. Afinal, desinformação é um dos nomes da militarização das subjetividades, do vazio legal. Da ferocidade como norma.

Paulo Roberto Pires. É editor da revista *Serrote*. Organizou a obra de Torquato Neto nos dois volumes da *Torquatália* (Rocco, 2004).